

# INTERSECCIONALIDADE EM DEBATE NO ENSINO MÉDIO: AÇÕES EXTENSIONISTAS PARA TOMADA DE CONSCIÊNCIA DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NAS CIÊNCIAS E CULTURA

*INTERSECTIONALITY IN DEBATE IN HIGH  
SCHOOL: EXTENSIONS ACTIONS FOR RAISING  
AWARENESS OF RACE, CLASS AND GENDER IN  
SCIENCES AND CULTURE*

## AUTORES:

### **Camila Clozato Lara**

Doutora em Ciências (Biologia-Genética) – USP; docente do Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Paranavaí, Paraná, Brasil. E-mail: [camila.lara@ifpr.edu.br](mailto:camila.lara@ifpr.edu.br)

### **Gabrielen Silva de Abreu**

Acadêmica de Licenciatura em Letras da UNESPAR – Campus Paranavaí, Paraná, Brasil. E-mail: [gabrielenabreu@gmail.com](mailto:gabrielenabreu@gmail.com)

## RESUMO

A discussão sobre gênero tem reconhecida importância para o exercício da cidadania e busca pela equidade entre homens e mulheres, visando uma sociedade igualitária. A prática dessa discussão nas escolas é um pilar fundamental na formação social dos alunos e alunas que convivem nesse espaço. Essa sociedade mais igualitária pode ser construída pela aplicação de uma educação de base feminista, na qual as questões de gênero e uma visão epistemológica crítica devem constituir uma dialógica constante. Diante das perspectivas da interseccionalidade e do lugar de fala, esse relato apresenta duas experiências de ações educacionais extensionistas que visam entender a participação das mulheres na ciência, sua representação nos livros didáticos, e propor a reflexão da comunidade sobre o apagamento e silenciamento dessas mulheres na academia, em especial as mulheres negras. Ambas as ações extensionistas foram realizadas a partir do Instituto Federal do Paraná durante o isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 no ano de 2021.

**Palavras-chave:** Mulheres na Ciência. Livros Didáticos. Representatividade. Educação Feminista.

## ABSTRACT

*The discussion about gender has recognized importance for the exercise of citizenship and the search for equity between men and women, aiming at an egalitarian society. The practice of this discussion in schools is a fundamental pillar in the social formation of students who live in this space. This egalitarian society can be built through the application of a feminist-based education, in which gender issues and a critical epistemological vision must constitute a constant dialog. Regarding the concepts of intersectionality and place of speech, this report presents two experiences of extensionist educational actions linked to a research project that aims to understand the participation of women in science, their representation in school textbooks, and to propose the community's reflection on the erasure and silencing of women in academia, especially black women. Both extension actions were carried out from the Federal Institute of Paraná during the social isolation imposed by the COVID-19 pandemic in the year 2021.*

**Keywords:** *Women in Science. School textbooks. Representativeness. Feminist Education.*

# 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero tem reconhecida importância para o exercício da cidadania e para a busca pela equidade entre homens e mulheres, visando uma sociedade mais igualitária. A prática dessa discussão nas escolas torna-se, portanto, um pilar fundamental na formação social dos alunos e alunas que convivem nesse espaço durante os quatro anos de um ensino técnico integrado ao ensino médio. Nossa sociedade, que é fundamentalmente baseada no patriarcalismo, requer uma construção mais igualitária, alicerçada a partir do prisma da equidade de gêneros, pela aplicação de uma educação feminista (ADICHIE, 2017). A prática da educação feminista propõe aos homens e mulheres novas formas de se relacionar, novos hábitos e comportamentos que se alicerçam nos valores humanistas. O ensino da teoria e prática feminista, como apresenta Bell Hooks (2018) precisa avançar para além da palavra acadêmica e da palavra escrita, e levar ao compartilhamento de pensamentos feministas com todos.

A fim de transformar a realidade, é preciso questionar, por exemplo, a neutralidade da produção do conhecimento científico, que se baseia, em teoria, em princípios racionais. A perspectiva da ciência moderna, eurocêntrica e patriarcal delimitou mulheres e populações negras e indígenas a um espaço privado (SE-LISTER-GOMES et al., 2019). A colonização dos saberes configurou a detenção do poder para um grupo específico, os homens brancos e ricos (QUIJANO, 2005). Haraway (1995) discute como a construção social do conhecimento tem base no poder, e não na busca da verdade, e argumenta que existe uma “doutrina ideológica da objetividade científica descorporificada”, que inferioriza e invisibiliza os sujeitos, seus corpos e suas subjetividades e, em consequência, seu sentimento de coletividade. Assim, a objetividade e a neutralidade científicas são questionadas pela autora, que defende que os saberes são localizados: particulares e corporificados. Portanto, feminismo e epistemologia devem constituir uma dialógica constante. Nessa mesma esteira, Anderson (2020) constrói a ideia de uma epistemologia feminista, cujo conceito central é o conhecimento situado: “conhecimento que reflete as perspectivas particulares do conhecedor. As filósofas feministas exploram como o gênero situa os sujeitos conhecedores” (ANDERSON, 2020, n.p.).

A epistemologia feminista busca identificar os modos pelos quais as concepções dominantes e a prática de atribuição, aquisição e justificativa sistemática do conhecimento colocam em desvantagem as mulheres e outros grupos subordinados ao patriarcalismo, excluindo-os do inquérito, negando-os autoridade epistemológica e produzindo teorias que representam mulheres como inferiores e invisíveis. Torna-se necessário, portanto, trazer para o ambiente educacional o ensino sobre o feminismo.

Considerando o ambiente escolar público, que abriga diferentes realidades, bem como a diversidade de público no que tange a raça, classe e gênero, é fundamental adentrar o feminismo como movimento social e propor uma metodologia de análise interseccional da realidade. Segundo coloca a pesquisadora Carla Akotirene:

*A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p.19)*

Akotirene continua, ao citar outra pensadora, pesquisadora e ativista do feminismo negro:

Segundo Kimberly Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2019, p.19)

As opressões se dão, portanto, pela concomitância dos agentes dominantes do poder. Mulheres são vítimas de diferentes tipos de violência na sociedade patriarcal. Um dos meios de disseminação da discriminação é o ambiente científico-acadêmico. A precariedade do reconhecimento da mulher no meio acadêmico/científico advém da construção histórica dos papéis sociais baseados em gênero. A sociedade contemporânea é, ainda, fundamentada no patriarcalismo, analisado por Scott (1995) como uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade. O patriarcalismo, portanto, tem um papel definitivo na invisibilidade da mulher na ciência, ambiente considerado majoritariamente masculino. Para transformar essa realidade, é preciso dar voz e representação às pessoas que possuem lugar de fala das diferentes vivências, para que possam expor seus pontos de vista e serem reconhecidas por seus pensamentos e geração de conhecimento. A filósofa Djamilia Ribeiro, em sua obra “Lugar de fala”, expõe esse conceito, ao enfatizar a importância da origem da narrativa em contar a própria história:

*Nossa hipótese é a de que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2019, p.59).*

Nesse contexto, a escola pode ser pensada como um ambiente chave cuja transformação é fundamental. Como lembra Gomes (1996), a escola é um espaço que intervém grandemente na construção das identidades, uma vez que ocupa um lugar privilegiado na vida de muitas pessoas na sociedade, interferindo na formação das relações e da noção de si e dos outros. Dentro de sua complexidade, longe de ser um lugar neutro, a escola é um espaço sócio-cultural onde se estabelecem conflitos e contradições que fazem parte da realidade. É nesse espaço complexo de convivência e formação que se produz o presente relato de experiência. Esse relato tem como objetivo trazer as perspectivas da interseccionalidade e do lugar de fala para atividades educacionais extensionistas, a partir do relato de duas experiências realizadas no Instituto Federal do Paraná por docentes e estudantes, durante o isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 no ano de 2021. As ações deste relato de experiência são desdobramentos de um projeto de pesquisa que visa entender a participação das mulheres na ciência, sua representação nos livros didáticos, e discutir, além de propor a reflexão da comunidade, o apagamento e silenciamento dessas mulheres na academia, em especial as mulheres negras.

## 2| EVENTOS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ VOLTADOS À FORMAÇÃO HUMANA, SOCIAL E CULTURAL

Este relato une a experiência de dois eventos ocorridos de forma virtual no Instituto Federal do Paraná - IFPR, durante a pandemia de COVID-19, quando as atividades pedagógicas e administrativas se encontravam em trabalho remoto, no ano de 2021. Ambas as iniciativas são frutos do projeto “Representação das mulheres cientistas nos livros didáticos: uma análise necessária”, projeto de pesquisa coordenado pela autora principal deste artigo, contemplado com bolsista em edital institucional interno de apoio às ações de extensão e pesquisa para o programa institucional de educação em direitos humanos (PIDH) do IFPR. Neste projeto, a coordenadora orienta e promove discussões de textos acadêmicos sobre a temática do feminismo, da presença da mulher na ciência e na academia, da representação feminina nos espaços, orienta a estudante bolsista pela busca e registro dessa representação nos livros didáticos, e estimula e promove a participação da bolsista nos eventos acadêmicos locais e regionais, como são os eventos descritos a seguir. Relevante notar que a participação nos eventos seguintes foi uma experiência conjunta entre orientadora e estudante bolsista (coautora deste relato) a qual participou de forma ativa na elaboração dos materiais (apresentações, cartilha explicativa, exposição oral, material de apoio), sendo, portanto, base fundamental destas ações extensionistas originadas a partir do projeto de pesquisa.

O primeiro evento é o IV Seminário de Integração das Pesquisas do Núcleo Base do IFPR – Campus Paranaíba, o SIPEN. Trata-se de um evento anual promovido pelo núcleo base da educação técnica e tecnológica do IFPR - Campus Paranaíba para a comunidade local que divulga as pesquisas realizadas pelo campus e pela comunidade acadêmica externa, e promove um espaço de formação de pesquisadores e novas perspectivas, problemáticas e ideias relevantes para a comunidade. Em 2021, o evento ocorreu no formato virtual nos dias 9, 10 e 11 de agosto, e teve como tema central “Ciência, diversidade e (in)tolerância: dilemas contemporâneos”. Voltado especialmente para o público do ensino médio, o evento acolheu submissões de resumos de pesquisas realizadas pelos professores/as e alunos/as com posterior apresentação oral, ofereceu palestras de temas formativos relevantes no contexto da pandemia (como a palestra “Fake News e entextualizações da xenofobia em plataformas de mídias sociais”, ministrada pela pesquisadora Izabel da Silva), mesas-redondas (um exemplo, “Literatura, pandemia, racismo e trabalho doméstico: e você com isso?”), e oficinas de temáticas variadas, tal como a proposta pelas autoras deste trabalho, intitulada “Raça, classe e gênero nas ciências e cultura”. A oficina foi proposta na modalidade síncrona, via plataforma de videoconferência *Google Meet*. Os participantes receberam certificado de participação ao final do evento.

O outro evento objeto desse relato foi o “Vamos falar sobre Educação em Direitos Humanos?”, primeira edição, oriundo de projeto de extensão homônimo, realizado pelo IFPR – Campus Irati. O evento, também em formato remoto, foi direcionado a toda a comunidade interna e externa ao IFPR, e teve como objetivo “discutir a Educação em Direitos Humanos a partir das experiências vivenciadas em instituições relacionadas à defesa e garantia desse conjunto de direitos” (<https://www.even3.com.br/dhifpr/>). O evento ocorreu do dia 24 de junho a 10 de setembro de 2021, e contou com atividades síncronas e assíncronas. As síncronas foram palestras semanais relacionadas aos temas de Direitos Humanos, enquanto as assíncronas constituíram um conjunto de atividades propostas para os inscritos no evento, a serem realizadas dentro de um intervalo de tempo estabelecido. As autoras propuseram uma atividade assíncrona para integrar o evento, nomeada “Você vê mulheres nos seus livros didáticos?”. A atividade foi direcionada às estudantes do

ensino médio. Um breve texto explicativo foi inserido junto à atividade, anunciando que essa fazia parte do projeto de análise de livros didáticos (acima mencionado) e convidando os/as alunos/as do ensino médio, dos diferentes campi participantes do evento (o IFPR conta com 26 campi no Paraná), a olharem seus livros didáticos em busca das imagens das mulheres.

A descrição se deu da seguinte forma: “O projeto se propõe a analisar o material dos livros didáticos escolares na área das ciências da natureza (inicialmente, de Biologia) do ponto de vista da questão de gênero, buscando identificar a extensão da representatividade feminina nos textos científicos, partindo do princípio que a instituição escolar, embora inserida em uma sociedade desigual e preconceituosa, deve sempre pautar e articular o discurso da igualdade, condenar tratamentos desiguais e discriminatórios, e lidar com as diferenças sociais. Ajude-nos nessa tarefa, busque seus livros didáticos de ciências (Biologia, Química, Física), folheie, e responda o questionário a seguir”, texto seguido do link para o formulário. A atividade dava o prazo de uma semana para ser realizada, garantindo a emissão de certificado para os concluintes. O formulário foi acompanhado de um material informativo em formato de apresentação, no qual constavam explicações acerca da dificuldade de entrada da mulher no meio acadêmico, as opressões da sociedade patriarcal, silenciamento acadêmico, e dados da presença das mulheres no âmbito da academia. O material auxiliava também a realizar a atividade, indicando como deveria ser feito o reconhecimento das figuras de mulheres nos livros.

### 3| A EXPERIÊNCIA DA OFICINA “RAÇA, CLASSE E GÊNERO NAS CIÊNCIAS E CULTURA” – A AUSÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NA ACADEMIA E O LONGO CAMINHO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A oficina temática “Raça, classe e gênero nas ciências e cultura” realizada no IV SIPEN contabilizou 49 inscritos. Entre os participantes, a maioria foi composta de estudantes, e duas professoras da instituição. Dos 49, apenas 13 inscritos eram do gênero masculino, e 36 do gênero feminino. Todos/as se reuniram no *Google Meet* no dia 10 de agosto de 2021, das 10h às 12h. Inicialmente, foi apresentado um material expositivo que tratava sobre o feminismo, seu histórico, as principais ondas do feminismo na modernidade (baseado em Caetano, 2017), e adentrava o feminismo negro a partir da provocação “O feminismo atravessa e transforma a vida de todas as mulheres de forma similar?”. A partir daí, o material e a exposição apresentaram aos/às participantes (de forma superficial, dado o tempo exíguo) o nome e uma breve descrição da biografia das seguintes pensadoras mulheres do feminismo negro: Sojourner Truth, Angela Davis, Lélia González, Sueli Carneiro, Djamilia Ribeiro e Carla Akotirene. Pensamos na importância de expor essas mulheres para nosso público para mostrar que a academia, enquanto espaço de conhecimento e formação, dispõe de muitos expoentes do conhecimento decolonial. Como afirma Gomes (2012), descolonizar os currículos é um desafio para a educação escolar, especialmente devido à falta de espaço formal dentro de uma perspectiva conteudista que ainda formata as escolas.

Uma vez apresentadas, abordamos o tema “Interseccionalidade”. Após o conceito apresentado, conforme a pontuação teórica apresentada na introdução, um vídeo curto explicativo e lúdico da empresária de moda afro-brasileira Ana Paula Xongani foi exibido - “Saiba o que é interseccionalidade | Conversas Gostosas”, disponível no seu canal no YouTube (TODECACHO, 2019). Alguns exemplos de mulheres que

sofrem opressões estruturais concatenadas foram discutidos (a líder indígena e política Sônia Guajajara; a professora, política ativista e transgênero Duda Salabert; e a educadora, artista plástica e política ativista negra e transgênero Erica Malunguinho). A expectativa e o objetivo com o uso desses exemplos foi trazer a alteridade intrínseca dos diversos setores da sociedade, nesses casos, na educação e na política, para o campo da identificação pessoal. Esperamos que a exemplificação de diferentes condições de estar no mundo e com ele interagir pudesse alcançar os indivíduos participantes, fazendo-os reconhecer, também, as diferenças nos grupos dos quais fazem parte, nesse caso, o ambiente escolar. O trecho de Gomes (1996) resume esse pensamento:

*A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p.19)*

Seguiu-se então para a provocação “A ciência é neutra?”. Os/as participantes foram convidados/as a pensar na geração de conhecimento e os discursos da ciência a partir dos sujeitos que a geram, uma discussão sobre a epistemologia da ciência – marcando sua característica eurocêntrica, branca, masculina e ocidental, em direção a uma construção do conhecimento crítico dos estudos decoloniais. Dados do Censo do Ensino Superior (BRASIL, 2018) foram apresentados e discutidos, os quais demonstravam que professoras pardas e pretas são minoria (23%) no ensino superior e diminuem na pós-graduação. Docentes indígenas representavam 0,1%, e por isso sequer configuravam nos gráficos. Um panorama ainda mais drástico foi observado na porcentagem de mulheres com bolsa de produtividade, onde apenas 2,3% das bolsistas são pardas, e 0,03% são pretas. Frente a dados, os/as participantes foram instigados a refletir sobre a origem dessa discrepância, uma vez que a população brasileira tem um alto contingente de pessoas pardas e negras, 54% de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Com essa reflexão, os/as participantes foram estimulados a observarem suas realidades. Foram perguntados: “Vocês têm quantas professoras? Quantas delas são brancas? E quantas são negras?”. Essa pergunta foi pensada para aguçar o olhar crítico no que tange a composição dos espaços de geração do conhecimento, conforme discutido previamente. RIBEIRO (2019) explica essa perspectiva quando discute o silenciamento das vozes menos representadas na sociedade, conforme excerto:

*As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. (...) A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país, ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (RIBEIRO, 2019, p.36).*

Os/as participantes relataram a baixa presença de mulheres negras nas suas vivências acadêmicas. Para uma melhor compreensão, é relevante mencionar que o Instituto Federal do Paraná é uma instituição mista: oferece cursos de educação básica tecnológica (ensino médio integrado ao curso técnico em diferentes áreas), bem como cursos de ensino superior (licenciaturas e bacharelados), e pós-graduação. Trata-se tam-

bém, portanto, de uma instituição de ensino superior (IES), sujeita ao viés de representatividade feminina e racial observada nas IES de modo geral, identificada pelos/as alunos/as. As professoras participantes da oficina também relataram baixa presença de mulheres negras, ou ausência delas, na sua formação durante a universidade e pós-graduação.

É importante lembrar que para que haja mulheres negras e/ou indígenas presentes, atuantes e influentes nas instituições de ensino superior, é necessário que haja educação acerca da formação histórico-cultural brasileira, de modo a reconhecer e valorizar a contribuição majoritária da população negra no país. Foi somente em 2003, nos primeiros dias do início do primeiro governo do então presidente Luís Inácio Lula Silva, que foi promulgada a Lei Nº10.639 de 09 de janeiro de 2003, alterando as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo a obrigatoriedade do tema “história e cultura afro-brasileira”, em promoção ao combate antirracista no país. Da aprendizagem sobre essa temática e sua valorização no ensino básico até a incorporação da população negra nos espaços amplamente tomados pela elite branca, há uma grande lacuna que certamente levará mais que apenas duas décadas (desde a implementação da lei), e diversos mecanismos de políticas públicas de inclusão social. A lei Nº12.711 de 29 de agosto de 2012, a “Lei de Cotas”, que sanciona as políticas de cotas para ingresso nas universidades e instituições federais, é uma dessas ações afirmativas e tem apenas dez anos de vigência. No ano que a lei completa uma década, estudos com olhares analíticos foram publicados sobre sua eficácia, como Senkevics & Mello (2022), que, por meio de revisão bibliográfica, relataram um crescimento na porcentagem de cotas reservadas para estudantes de escola pública com critério racial no sistema público de 8,7% em 2012 para 23,5% em 2015. A lei encontrou muita resistência na sociedade desde sua criação até hoje, mas tem apresentado ganhos sociais inegáveis. Há um caminho longo entre o ingresso, formação, contratação, permanência e êxito de mulheres negras nas instituições de ensino superior, cada etapa com sua barreira sócio-cultural-econômica. Esses aspectos foram amplamente discutidos com os/as participantes.

A oficina seguiu, então, com uma apresentação liderada pela estudante bolsista, a partir da pergunta feita para os ouvintes: “Você vê mulheres negras nos seus livros de ciências?”. A bolsista expôs sua pesquisa realizada no projeto, e proporcionou uma discussão a partir de seu lugar de fala, de estudante negra. A partir desse momento, vários participantes pediram a fala, e relataram diversas situações vivenciadas de racismo, misoginia e diversos preconceitos nos espaços mais variados: escola, cidade, família, convivência com amigos, etc. Muitos relatos tocaram na construção da autoestima da mulher negra na sociedade, como a discussão sobre a transição capilar e aceitação do cabelo crespo, sobre o reconhecimento da inteligência e capacidades individuais, e sobre a predileção de afetos na sociedade de formação misógina e racista. A maioria das participações ativas de fala foram de meninas, mas houve também um relato de um menino, estudante, que conseguiu identificar raízes de um discurso racista em sua família. O compartilhamento das vivências e realidades imputou à oficina uma ambientação de segurança e acolhimento, proporcionando uma experiência bastante agradável aos inscritos.

A oficina terminou com a indicação do documentário “Cores pretas”, disponível no *YouTube* (KöK FILMS, 2018), e a disponibilização do material elaborado para o evento (Figura 1), além de uma *playlist* especialmente elaborada para a oficina, contendo músicas de artistas brasileiros variados com a centralidade da temática feminista e racial.



Figura 1 - Alguns slides do material utilizado na oficina “Raça, classe e gênero nas ciências e cultura”.  
Fonte: elaborado pelas autoras.

É importante observar que a maioria dos/das participantes são estudantes do IFPR, instituição pública socialmente referenciada, onde cerca de 80% das suas vagas são destinadas a cotistas, sendo a maioria cotas sociais para alunos oriundos de escola pública ou portadores de baixa renda. Os/as estudantes compõem um perfil socioeconômico e racial variado, apresentando muitos/as alunos/as pardos/as e negros/as. A amplitude das suas realidades, de suas vivências, ficou bem demarcada pelos relatos durante a oficina. Foi possível perceber uma fala de propriedade, de indivíduos que não só passaram pelas experiências relatadas, mas que também têm uma leitura crítica e consciente das opressões vividas, construída pela partilha de ideias e pelo consumo de informação. São estudantes que demandam espaços de fala e exigem da escola um posicionamento de ampliação das ações afirmativas e engajamento na construção de um currículo decolonial. À medida que estudantes acessam o ensino público federal e trazem suas realidades e demandas para esse espaço, as escolas são compelidas a transformarem suas metodologias, seu discurso, os temas prioritários de debate, entre outros fatores, em uma constante transformação. Gomes (2012) dispõe sobre essa dinâmica:

*Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento? (GOMES, 2012, p. 99)*

## 4| “VOCÊ VÊ MULHERES NOS SEUS LIVROS DIDÁTICOS?” – A RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL

## NAL DA REPRESENTATIVIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS

É importante observar que a maioria dos/das participantes são estudantes do IFPR, instituição pública socialmente referenciada, onde cerca de 80% das suas vagas são destinadas à cotistas, sendo a maioria cotas sociais para alunos oriundos de escola pública ou portadores de baixa renda. Os/as estudantes compõem um perfil socioeconômico e racial variado, apresentando muitos/as alunos/as pardos/as e negros/as. A amplitude das suas realidades, de suas vivências, ficou bem demarcada pelos relatos durante a oficina. Foi possível perceber uma fala de propriedade, de indivíduos que não só passaram pelas experiências relatadas, mas que também têm uma leitura crítica e consciente das opressões vividas, construída pela partilha de ideias e pelo consumo de informação. São estudantes que demandam espaços de fala e exigem da escola um posicionamento de ampliação das ações afirmativas e engajamento na construção de um currículo decolonial. À medida que estudantes acessam o ensino público federal e trazem suas realidades e demandas para esse espaço, as escolas são compelidas a transformarem suas metodologias, seu discurso, os temas prioritários de debate, entre outros fatores, em uma constante transformação. Gomes (2012) dispõe sobre essa dinâmica:

| <b>Coleção</b>                         | <b>Editora</b>                   |
|--|----------------------------------|
| Coleção Ser Protagonista               | Editadora SM                     |
| Biologia Ensino Médio Volume Único     | Editadora Nova Geração           |
| Coleção Ciências Naturais              | Editadora Moderna                |
| Coleção Explorando o Ensino - Biologia | Editadora Ministério da Educação |
| Coleção #contato Biologia              | Editadora Quinteto               |
| Coleção Biologia Viva                  | Editadora Moderna                |
| Coleção Biologia Hoje                  | Editadora Ática                  |
| Coleção Inspire Ciências               | Editadora FTD                    |
| Coleção Biologia em Contexto           | Editadora Moderna                |

*Quadro 1 - Coleções de livros didáticos de Biologia do Ensino Médio analisadas pelos participantes na atividade assíncrona "Você vê mulheres nos seus livros didáticos?".*

*Fonte: elaborado pelas autoras.*

O público respondente foi equilibrado quanto ao gênero: 51,4% dos participantes se identificaram com o gênero feminino, e 48,6% com o gênero masculino. Esse dado é interessante, uma vez que traz perspectivas de ambos os gêneros sobre um tema que afeta particularmente as mulheres e meninas. Esse equilíbrio traz, indubitavelmente, consequências para os resultados. A maior parte (48,6%) dos/as estudantes cursavam o 3º ano do ensino médio (faixa etária média entre 16 e 19 anos), enquanto 31,4% cursavam o 1º ano (14-15 anos), e apenas 20% cursavam o 2º ano do ensino médio (15-16 anos).

Quando perguntados se observaram alguma mulher no livro didático que analisavam, 71,4% responderam que sim. Partes iguais (14,3%) responderam que não, ou que não repararam. Quando questionados quanto à frequência de observação dessas mulheres no livro analisado, a resposta mais comum indicou a observação de 2 a 5 vezes. Alguns responderam observar apenas uma vez a figura de uma mulher (14,3%),

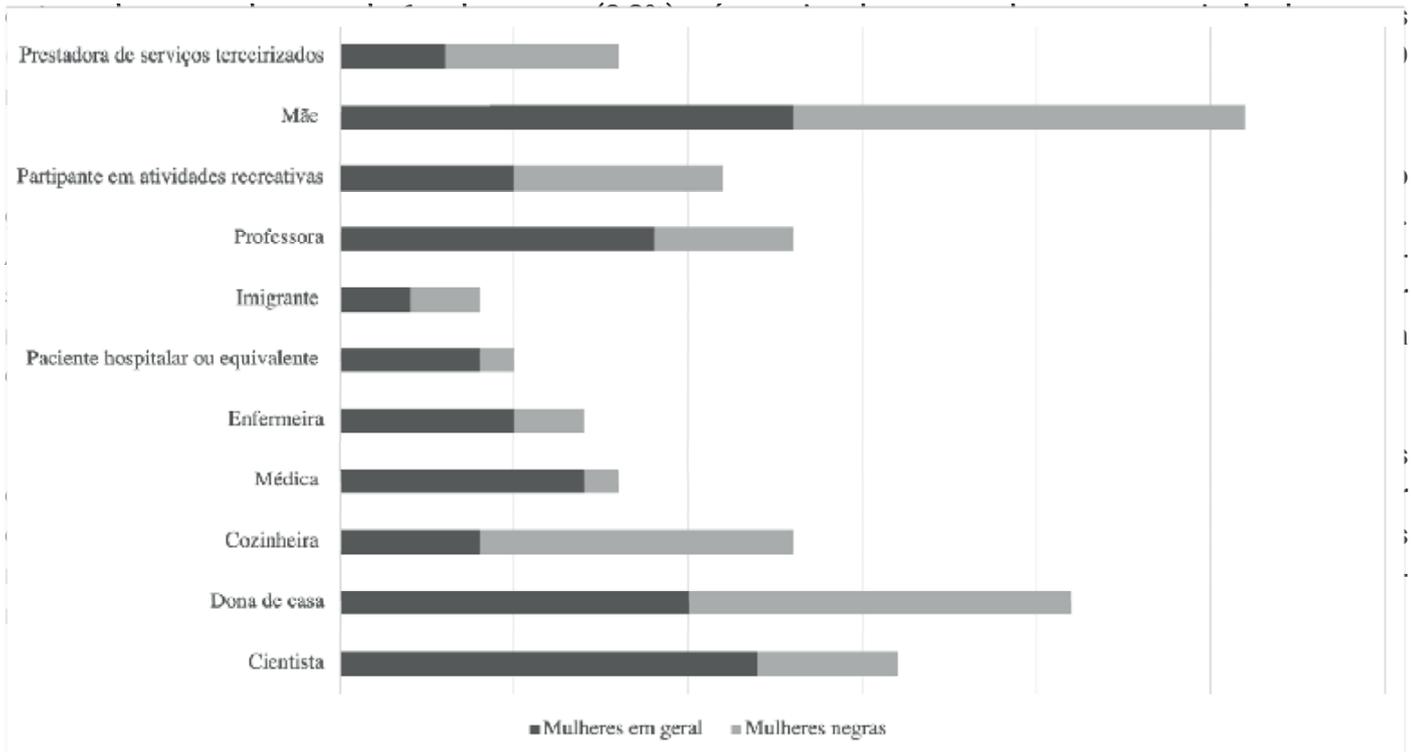


Figura 2 - Coleções de livros didáticos de Biologia do Ensino Médio analisadas pelos participantes na atividade assíncrona "Você vê mulheres nos seus livros didáticos?".

Fonte: elaborado pelas autoras.

Pelo resultado obtido, é patente observar a discrepância de alguns papéis sociais das mulheres representadas nos livros. As profissões de médica, enfermeira, professora e cientista têm destacada minoria da presença negra. Por outro lado, as profissões de cozinheira e prestadora de serviços são marcadas pela maioria negra. Os números podem ser explicados por uma herança do discurso escravocrata, que ainda permeia as narrativas dominantes, no qual as profissões de maior prestígio, como medicina e os espaços acadêmicos e universitários, ainda são ocupados pela população branca. A população negra ainda é relegada às ocupações do serviço braçal, da subserviência, ainda que no âmbito da representação. O conjunto de imagens, ainda que presente no imaginário dos livros didáticos analisados, é um reflexo da estrutura da sociedade vigente, e se perpetua pela constância dessa representação.

Essas observações podem ser analisadas como consequências diretas do racismo estrutural que condiciona a formação da sociedade brasileira, como argumenta Almeida (2019). O racismo estrutural, sustenta, ainda hoje, a base da estrutura social, política e econômica dessa sociedade. Após séculos de escravização do povo negro, o racismo, como um lastro da herança escravocrata no país, retarda a chegada das mulheres negras nos livros didáticos e as acomoda dentro de um conjunto de signos estereotipados.

Vale notar, com preocupação, o reforço dos papéis sociais da maternidade e da dona de casa, com representações raciais similares, e alta frequência, engrossando a estereotipização do lugar da mulher. A confinamento da mulher no universo privado do lar, e a maternidade compulsória atrelada ao ser feminino a configura como um bio-ser, com finalidade única. Esse determinismo biológico vem sendo alvo de desconstrução há décadas, contestado por uma das filósofas feministas mais citadas, Simone de Beauvoir, em sua conhecida publicação o Segundo Sexo (1949), na frase que se tornaria um marco feminista: "não se nasce mulher, mas torna-se mulher". Não obstante, a representação das mulheres nos livros ainda reafirma repetições desse padrão.

O formulário seguiu com perguntas sobre descobertas científicas realizadas por mulheres, como o aparelho de interferência em rádio sem fio, estudo da Hedy Lamarr, ou a invenção do para-brisa de automóveis, desenvolvido por Mary Anderson, no intuito de trazer visibilidade ao trabalho de mulheres na forma de curiosidades.

Vale lembrar que os livros analisados vieram, em sua maioria, de alunos/as de instituições públicas, que, portanto, distribuem seu material pedagógico gratuitamente. As coleções de livros didáticos são oferecidas aos estudantes a partir do Plano Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação (PNLD-MEC), e constituem, muitas vezes, uma importante fonte de informação científica, bem como um meio de visualização e compreensão da composição do meio acadêmico, promovendo a identificação imagética dos sujeitos que fazem a ciência, ao dar-lhes rosto, corpo e nome. Ao folhear os livros cotidianamente, estudantes identificam esses sujeitos, e passam a construir mentalmente a imagem de uma ciência feita por pessoas brancas, maioria homens brancos, possivelmente provenientes de uma elite. Essa idealização gera um componente psicológico de não identificação com esse meio pelos estudantes que não fazem parte desse perfil. É importante salientar que embora o estudo tenha focado na representação feminina, quando falamos de relações de gênero não estamos nos referindo somente às mulheres e homens, mas também de identidades construídas fora da lógica heteronormativa, como as transexuais e transgêneros.

O conjunto referencial imagético limitado em diversidade representado nos livros ajuda a atribuir papéis aos gêneros e moldar as ocupações e carreiras desempenhadas por cada parcela, reafirmando a ideia deturpada de carreiras masculinas e femininas, e seus respectivos valores sociais. A falta de representação de mulheres - em especial mulheres negras nos livros didáticos, através de exemplos, imagens e citações, em posições de destaque, ocupando profissões de prestígio social sem estereotipização - previne meninas de se projetarem em um futuro profissional de carreiras acadêmicas, e contribui (além de ajudar a explicar) para os números baixos de inserção das mulheres negras no professorado universitário, nas chefias de institutos, departamentos e laboratórios de pesquisa, entre outros espaços.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações extensionistas, em suas naturezas distintas, foram capazes de penetrar nas construções conceituais da realidade dos participantes que as experimentaram. A denúncia social e percepção da misoginia e racismo nos ambientes acadêmicos como parte da estrutura social ficaram evidentes a partir dos materiais trabalhados e discussões na oficina sobre raça, gênero e classe nas ciências. A atividade de análise dos livros didáticos pelos próprios participantes foi capaz de trazer à tona a disparidade significativa da presença de mulheres brancas e negras nos livros, proporcionando aos estudantes a construção de um olhar analítico crítico da realidade e do material informativo que se consome na escola. Ambas as atividades participaram para uma formação humana mais inclusiva, justa e igualitária, baseada em uma educação feminista, que esperamos ser capaz de gerar um impacto positivo transformador nos sujeitos que comporão a sociedade no futuro.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo, Pólen, 2019.

ADICHIE, C.N. **Para educar crianças feministas**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017, 96p.

ANDERSON, E. **Feminist Epistemology and Philosophy of Science**. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Dordrecht: Springer, 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 2019. 152p.

BEAUVOIR, S. **Le Deuxième Sexe**. Vol.II, Paris, Gallimard, 1949, 185p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**.

CAETANO, I.F. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. Monografia. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, EMERJ, 2017.

GOMES, N.L. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. *Cadernos Pagu*, n.6, v.7, p.67-82, 1996.

HARAWAY, D. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, n.5, p.7-41, 1995.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras**. – 1. ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

KÖK FILMS. **Cores Pretas**. YouTube, 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qyC5tkLmNbM>.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. In: **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinamericanas** (pp. 117-142), ed. Edgardo Lander. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 2019, 112p.

SELISTER-GOMES, M.; QUATRIN-CASARIN, E.; DUARTE, G. **O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico**. *CS*, n. 29, p. 47-72, 2019.

SENKEVICS, A.S.; MELLO, U. M. **Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (Lei Nº 12.711/2012)**. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v.6, p.209-232, 2022.

SCOTT, J.W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 1995, v.20, n.2, pp. 71-99.

TODECACHO. **Saiba o que é Interseccionalidade | Conversas Gostosas | Ana Paula Xongani**. YouTube, 09

de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ZT3rQpvvSY>.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

C.C.L. concebeu o projeto, elaborou a oficina e a atividade assíncrona, coletou e analisou os dados, ministrou a oficina e escreveu o trabalho.

G. S. A. elaborou a oficina e a atividade, coletou e analisou os dados e ministrou a oficina, além de revisar o trabalho.

## AGRADECIMENTOS

O presente estudo obteve bolsa para estudante da DIEXT/Proeppi, Diretoria de Extensão, Arte e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal do Paraná - IFPR.

Recebido em: 17/07/22 Aceito em: 12/01/23

